

CARLOS PIMENTA

HETERODOXIAS E O CONCEITO DE PROCURA



COIMBRA

1998

Heterodoxias e o Conceito de Procura

Carlos Pimenta

Resumo:

Reconhecida a existência de um saber económico espontaneamente aceite pela comunidade científica internacional, torna-se necessária a apresentação de percursos e modelos heterodoxos. Traçados alguns dos caminhos possíveis da heterodoxia (interdisciplinaridade, utilização da Teoria do Caos, reanálise da racionalidade, articulação de paradigmas alternativos, reanálise dos conceitos base e pluralismo teórico) faz-se uma aplicação concreta à procura: construção de um modelo geral pela reflexão crítica sobre os conceitos básicos. No fim faz-se o balanço das vantagens e inconveniente do modelo construído.

Abstract:

Recognised the existence from an economic knowledge spontaneously accept by the international scientific community, heterodox ways and models must be presented. After a short reference to the possible heterodox ways (interdisciplinarity, Theory of Chaos use, reconstruction of the rationality, linking alternated paradigms, rebuild the elementary concepts and theoretical plurality) we applied those ideas building a general model of the demand by the elementary concepts' criticism. To finish we make a balance with the build model's convenience and inconvenience.

Résumé:

L'existence d'un savoir économique spontanément accepté par la communauté scientifique internationale, exige faire et présenter des chemins et méthodologies hétérodoxes. Rappelés quelques possibles parcours de l'hétérodoxie (interdisciplinarité, utilisation de la Théorie du Chaos, reconceptualisation de la rationalité, articulation des paradigmes alternatifs, analyse des concepts primaires et pluralisme théorique) on fait une application concrète: on met en place un modèle général de la demande par l'utilisation d'une réflexion critique sur les concepts primaires. À la fin, on fait un bilan sur les avantages et désavantages de ce modèle.

Keywords:

Procura, Complexidade, Racionalidade, Heterodoxia, Metodologia.

JEL: B4, A1, A2.

Índice

<i>I. Nota Prévia</i>	3
I.1. Caminhos da Heterodoxia	3
I.3. Exemplo de modelo genérico	5
<i>II. Um modelo da procura</i>	7
II. 1. Considerações Prévias	7
II. 2. O que é a Procura	9
II. 3. Como Medir a Procura	11
II. 4. O que é que se Procura	13
II. 5. De que Depende a Procura	13
II. 7. Agrupando as Variáveis Explicativas	16
II. 8. O Modelo da Procura	23
<i>III. Nota Posterior</i>	26
<i>IV. Bibliografia Citada</i>	27

I. Nota Prévia

“Affirmer le nécessité de l’hétérodoxie est un truisme. Dans absolument toutes les manifestations de la vie, chaque évolution profonde est précédée d’un sourd travail de préparation qui remet en cause l’ordre existant, et vient finir par le bousculer”¹

Talvez esta posição seja demasiado optimista quando sabemos que noventa e cinco por cento das investigações se fazem no quadro de um paradigma estabelecido e aceite pela comunidade científica – e se assim não fosse esse conjunto de cientistas que preenchem os quadros das Universidades e centros de investigação não saberiam o que fazer² –, garantindo-lhes o reconhecimento e a publicação, e os trabalhos históricos de Feyerabend carecem de comprovações adicionais e de generalizações históricas³.

No entanto não temos dúvidas da importância de uma atitude crítica, da urgência de reflectir sobre o que são consideradas evidências empíricas ou conceptuais, de libertar a imaginação criadora – “la rêverie” para utilizar a terminologia de Bachelard que mostra cabalmente a importância daquela na investigação científica – na procura de soluções alternativas, de contribuir para um esforço colectivo⁴ visando uma mais correcta e completa interpretação da sociedade em que vivemos.

Imperiosidade social, científica e ética. Social porque será de admitir que quanto maior for a inteligibilidade humana sobre o Homem maiores são as possibilidades de construir o futuro e de actuar de forma a que este seja melhor para a grande maioria da sociedade⁵. Científica porque a análise crítica de um modelo reduz a subjectividade inevitavelmente inerente à sua construção, porque a apresentação de posições divergentes é sempre um bom exercício intelectual e o possível despontar de rumos alternativos, porque as “revoluções científicas” passam sempre pelo aparecimento de vozes discordantes, que por vezes se limitam a declarar que “o rei vai nu”. Ética porque impõe-se a cada homem, incluindo os cientistas, exercitar o seu livre arbítrio, afirmar a sua identidade, comportar-se em todos os aspectos da sua vida de acordo com os seus princípios, no quadro das leis da convivência social.

I.1. Caminhos da Heterodoxia

Temos muitas dúvidas sobre a afirmação de que a Economia⁶ está em crise, embora aquele revele uma profunda incapacidade para impor certos pontos de vista, conduzir beneficentemente a política e contribuir para a solução de grandes problemas da humanidade. Mas não temos a mínima hesitação em afirmar que existem grandes deficiências nos modelos dominante⁷, que a evolução científica contemporânea exige o repensar do que actualmente fazemos, impõe a procura de metodologias e modelos alternativos.

Os caminhos para a sua construção são diversos, não se podendo, à partida privilegiar um ou outro. Sem pretender fazer referência a todas as vias, apresentemos, telegraficamente, algumas:

1. O objecto teórico da Ciência Económica só retém uma parte da realidade Humana/Social, cabendo a outras ciências a captação das restantes. Independentemente de questionar se toda a realidade social e todos os ângulos de focagem estão cobertos pelas actuais ciências sociais e humanas, é indubitável a existência de muitas zonas de intercepção em que a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade são possíveis e necessárias. Não só como exercício aplicável às “problemáticas comuns” mas como processo de aprendizagem mútua e de reconstrução dos seus objectos teóricos, metodologias e modelos.⁸ Também as chamadas ciências exactas ou da natureza podem trazer contributos para o reequacionamento da Economia Política⁹. **A multidisciplinaridade surge como uma possível área de investigação e ponto de partida para a reelaboração dos paradigmas económicos.**
2. Desde há muito o homem procura resolver o conflito entre a complexidade da realidade que pretende conhecer e as suas limitações cognitivas, de natureza psico-biológica ou histórico-social. Escusado será fazer o inventário das dificuldades daí resultantes e dos mecanismos adoptados para as superar ou iludir¹⁰. O que é importante ter consciência é de que hoje existem condições mais favoráveis para estudar directa e frontalmente a complexidade. Alguns ramos das Matemáticas ensinaram-nos recentemente que “sistemas simples dão origem a comportamentos complexos”, “sistemas complexos dão origem a comportamentos simples” e que “as leis da complexidade têm validade universal”¹¹. **A Teoria do Caos surge como um bom pretexto operacional para reelaborar os paradigmas da Ciência Económica.** Mas aquela só adquirirá plena operacionalidade se a sua utilização for acompanhada de uma nova visão do mundo e de novas metodologias. Esta nova postura intelectual passa pela utilização da Lógica Paraconsistente (que engloba a Lógica Dialéctica) e de Lógicas Infinitovalentes; passa pelo reconhecimento da não-linearidade da realidade e a adequação dos nossos modelos a esses factos, sobretudo quando a interacção entre fenómenos/categorias é forte e há grande sensibilidade à condições iniciais; exige a subestimação da simplificação cartesiana e a sua substituição por metodologias de interpretação integrada do todo e das partes; impõe igualmente que também nas ciências sociais trabalhem com um espaço-tempo relativo construído pelos homens¹².
3. Godelier afirma “que a racionalidade económica e a racionalidade da Ciência Económica são uma só e mesma questão.” (GODELIER, sd, 36). Existem diversas concepções possíveis dessa racionalidade, tendo até hoje a Ciência Económica assentado num conjunto de arquétipos, sustentados mais em hipóteses simplificadoras, realistas ou não, do que numa observação adequada das acções humanas. Para além dos reforços da sua compreensão provenientes da multidisciplinaridade anteriormente referida, há outras possibilidades de aprofundamento do seu conteúdo. Na medida em que o

conhecimento do outro ajuda a compreender o eu pode ser interessante, trilhando caminhos similares da Psicologia e da Neurologia, entre outras, estudar as racionalidades «anormais» para que melhor compreendamos as «normais». **Construir uma Economia Política da Marginalidade¹³ seria, eventualmente, uma fase da imperatividade de reconstrução dos paradigmas em Economia.**

4. Bachelard, seguindo autores que o antecederam, chamava a atenção para a possibilidade de conciliar modelos divergentes através da alteração de algumas das hipóteses de partida. Por essa via, pela redução a iguais níveis de abstracção-concretização, pela descodificação dos conceitos e das linguagens, é possível estabelecer pontes entre os modelos alternativos de leitura da mesma realidade. Conscientes da existência de razões sociais objectivas para conflitualidade interna da Economia e de que um quadro cubista pode não ser reconhecido pelos diferentes observadores nele representados¹⁴, **consideramos fundamental a articulação de paradigmas alternativos numa postura não ecléctica, utilizando uma reelaboração e hierarquização conceptual¹⁵.**
5. Se os modelos mais gerais podem resultar da articulação de alguns preexistentes também **podem ser construídos pela reformulação das problemáticas e procura de repostas suficientemente abrangentes e rigorosas.** Este trabalho de investigação exige a reconsideração dos conceitos elementares, isto é, daqueles que estão na base de todos os modelos teóricos da Economia. Retomando a terminologia da complexidade, que se aplica à própria construção científica, os paradigmas da Economia são muito sensíveis às condições iniciais, isto é, pequenas alterações no significado desses conceitos elementares têm fortes repercussões no conjunto do trabalho teórico desenvolvido¹⁶.

A possibilidade de se seguirem estes dois últimos percursos heterodoxos aconselham, exigem, uma **postura pluriparadigmática¹⁷** nos espaços de produção intelectual, incluindo o ensino.

I.3. Exemplo de modelo genérico

O que se apresenta de seguida insere-se na última hipótese de trabalho: construir modelos mais amplos e rigorosos que os actualmente existentes, através da reformulação das problemáticas conducentes aos conceitos básicos. Primeiro questionou-se o que se pode entender por mercado, tentando encontrar os seus elementos constitutivos. Depois de um atribulado e longo diálogo chegou-se à seguinte listagem:

- *Divisão social do trabalho*
 - *graus de divisão social do trabalho*
 - *modos de produção (formações sociais)*
 - *relações inter-individuais*
- *Agentes económicos*

- *existentes*
- *actuates sobre o funcionamento do económico*
- *actuates sobre um mercado concreto.*
- *Intenções de compra e Intenções de venda*
 - *procura*
 - *número de procurantes*
 - *tipo de agente*
 - *racionalidade económico-social*
 - *estatuto jurídico-administrativo*
 - *oferta*
 - *número de ofertantes*
 - *tipo de agente*
 - *racionalidade económico-social*
 - *estatuto jurídico-administrativo*
- *Negociação*
 - *informação*
 - *comportamento*
 - *quadro jurídico-político*
 - *concorrência entre compradores*
 - *concorrência entre vendedores*
 - *tipo de concorrência*
- *Bens económicos*
 - *tipos de bens*
 - *(segundo critérios de natureza física, finalidade de utilização, exclusividade na satisfação das necessidades, etc.)*
 - *homogeneidade*
- *Temporalidade*
 - *época histórica*
 - *(possibilidade de uma outra interpretação pela consideração de um modelo dinâmico)*
- *Espacialidade*
 - *âmbito geográfico-social*

Partiu-se, então, para a tentativa de construir um **modelo genérico da procura**, com a consciência de que estávamos perante apenas um dos subelementos constitutivos do mercado e que não bastava ter um modelo da procura e da oferta para se ter o do mercado. Longe disso, porque existem muitos mais elementos constitutivos, porque existem efeitos de interação e de retroacção, porque o todo é as partes e mais do que elas e cada uma das partes engloba o todo.

É essa tentativa que se apresenta de seguida, sob a forma de um debate envolvendo um conferencista, docentes, investigadores e estudantes¹⁸.

II. Um modelo da procura

II. 1. Considerações Prévias

C: Após termos caracterizado o mercado estamos em condições de formular as questões problemáticas para o estudo completo do mercado, as quais podem ser divididas em dois blocos. Num primeiro pretende-se dissecar cada um dos elementos constitutivos do mercado resultantes da análise que acabamos de fazer. Elas podem ser formuladas da seguinte forma: *um dos elementos constitutivos do mercado é X. O que é X e o que o determina?* em que, obviamente o X será a divisão social do trabalho, os agentes económicos, etc. Num segundo bloco pretende-se esclarecer as interligações entre esses diversos elementos:

Quais as relações existentes entre os diversos elementos constitutivos do mercado?

Que relações existem entre o conjunto dos mercados e cada um deles, entre estes?

Finalmente poderemos colocar um última questão: *É possível formular leis sobre os mercados?*

P1: Esse conjunto de questões problemáticas permite-nos analisar cada um dos elementos do mercado e aplicar o método de análise, isto é, partir do complexo e chegar ao simples, partir do todo e chegar às partes, compreender estas. Desse ponto de vista o método parece exemplar. Depois de termos aplicado a análise aos diversos elementos procedemos à síntese, ao regresso ao todo, à interligação das partes, à passagem da unidade e multiplicidade ao todo, um todo concerto. Mas surge-me uma interrogação. Não será que ao procedermos assim estamos a admitir que as partes existem sem o todo, que as partes são compreensíveis em si, mesmo desinseridas das relações em que ganham existência?

Após algumas considerações sobre as possíveis consequências desta pergunta, prosseguem.

E1: Seria com agrado que passaria ao ponto seguinte, isto é, à resposta às diversas questões problemáticas anteriormente formuladas.

C: A minha proposta é ligeiramente diferente. Respondermos a todas as questões problemáticas levar-nos-ia a prolongar esta reunião excessivamente, quer porque são muitas as perguntas que exigiriam uma resposta, todas elas decomponíveis em muitas outras, quer porque algumas das perguntas exigiriam uma investigação prévia que não se afigura possível de realizar no imediato. Assim sugeria que nos centrássemos apenas na resposta a uma das questões, uma das que exige a análise.

E2: Qual?

C: Sugeria a questão problemática sobre a procura. Em primeiro lugar porque a procura e a oferta são algo que é vulgarmente estudado por quem se está a iniciar nos meandros da Economia. Teríamos oportunidade de aproveitar os estudos já realizados, manifestar as nossas dúvidas e interrogações, exemplificar como o nosso caminho pode ser diferente de alguns que são habitualmente utilizados. Em segundo lugar porque a procura se apresenta como exigindo menos conhecimentos prévio que outras matérias como seja o caso da oferta. Estudar esta exigiria um conhecimento das condições de existência das empresas enquanto a procura remete muito intensamente para o comportamento da generalidade dos cidadãos.

P1: Aceito as suas preocupações e estou de acordo com a proposta, mas não posso deixar de levantar algumas dificuldades. A procura é exercida por uma multiplicidade de intervenientes na actividade económica, entre os quais se encontram o Estado e as empresas entre outros. As motivações comportamentais e económicas destas instituições exigem um prévio conhecimento das suas naturezas, o que vem recolocar as dificuldades de conhecimento prévio. Mais uma vez a problemática que tinha levantado há pouco sobre o método.

C: Se for caso disso, e talvez não seja, podemos restringir a nossa investigação ao estudo dos bens económicos utilizados no consumo final. O importante é explicitá-lo se o fizermos. Tenhamos o cuidado de manifestar abertamente o facto de haver muitas matérias que ficam de fora. O que está mal, e não faltam exemplos dessa situação, é que restrinjamos o campo de observação dando a ilusão de que continuamos a estudar a totalidade das situações possíveis. Reparem nestes textos:

Diz-se que o consumidor é rei. Ou melhor, sendo cada pessoa um rei, todos se comportam como eleitores que utilizassem o seu dinheiro como boletins de voto a fim de que se realizasse aquilo que eles quisessem ver feito. Os seus boletins de voto entram em concorrência com os boletins de voto dos outros cidadãos: e quem tiver mais votos acaba por ter mais influência sobre aquilo que é produzido e sobre o destino dos bens resultantes.

A nossa tarefa vai consistir agora precisamente em analisar o modo como se efectua esse gasto de votos económicos -- a que se dá o nome de sistema de «soberania do consumidor» -- num sistema económico de concorrência sujeito a permanentes movimentos oscilantes.

(...)

O objectivo deste capítulo é mostrar o funcionamento da oferta e da procura de um determinado bem no mercado da concorrência. Vamos definir uma curva da procura e depois uma curva da oferta.

(...)

Comecemos pela procura. Toda a gente sabe que a quantidade de um bem que as pessoas estão dispostas a comprar depende do seu preço; quanto maior for o preço de um bem, menor será a quantidade dele que as pessoas estão dispostas a comprar; e ceteris paribus, quanto mais baixo for o seu preço de mercado, mais unidades desse bem serão procuradas.

Pág. 548

Uma particularidade fundamental na procura dos factores resulta deste facto tecnológico: os factores, geralmente, não funcionam isoladamente. Uma pá não tem nenhum valor para mim se eu quiser que me abram uma cave; um trabalhador sem ferramentas também é inútil para o efeito. Juntos, o trabalhador e a pá podem abrir a cave. Por outras palavras, a quantidade que se produz de um determinado bem depende conjuntamente de todos os factores disponíveis.

(...)

Deste modo, a procura de cada factor dependerá dos preços de todos os factores e não somente do seu preço. As elasticidades cruzadas entre os diferentes factores são tão importantes como as «próprias» elasticidades simples (SAMUELSON, 1986)

E1: Linda democracia em que os votos estão mal distribuídos à partida!

C: Ultrapassemos as considerações sobre essas questões de linguagem tão do agrado do **Samuelson**. O que interessa aqui analisar é a coerência do discurso. O autor pretende limitar à partida o âmbito da sua análise sobre a procura. Limita aos bens. Depois acrescenta considerações sobre os factores produtivos. A análise da procura de uns e de outros não é exactamente a mesma. Será que os factores produtivos, nomeadamente a «pá», não são bens? Será que se esqueceu de acrescentar na primeira parte que eram apenas bens de consumo final? Será possível considerar separadamente a procura de um mesmo bem enquanto bem de consumo final e enquanto «factor produtivo»? Estes saltos são de evitar.

II: Este texto do referido autor está estreitamente associado à resposta a uma pergunta: qual é o objectivo da actividade económica? A resposta implícita que dá é, aparentemente, imediata: produzir bens de consumo final. Se nós estudarmos as diversas sociedades verificamos que em nenhuma delas esse foi o único objectivo da actividade económica e frequentemente não foi o objectivo considerado pelos intervenientes. O poder do chefe, a supremacia militar, as práticas religiosas, a riqueza pessoal são objectivos fundamentais em diversas sociedades. Se esse fosse o objectivo principal da sociedade em que vivemos como explicaríamos que continuasse a existir tanta fome, tanta falta de acessibilidade aos bens essenciais à vida numa época em que a ciência e a tecnologia permitiria produzir em quantidades suficientes para satisfazer todos? Se esse fosse o objectivo principal como poderíamos explicar que todos os dias se destruam bens alimentares quando eles bens poderiam ser aproveitados e transferidos para regiões, às vezes bem próximas de nós, em que seriam necessários? Em capitalismo o objectivo principal não é produzir bens de consumo mas ter lucro, quem o pode ter, as empresas. E essa é uma das contradições do sistema em que vivemos, que permite que tenhamos, parafraseando de cor **Keynes**, tanta miséria na opulência.

P2: Estou parcialmente de acordo com o que disse mas dos pontos de vista pedagógico e científico o que me parece particularmente preocupante é a frase ingénua “Toda a gente sabe que”. Em primeiro lugar poderia aplicar essa mesma frase a muitas outras coisas: rendimento, programas da televisão, marketing, hábitos, etc. Em segundo lugar o que toda a gente sabe numa época pode não ser o que todos sabem noutra. A função da ciência é procurar de uma forma sistemática construir uma parte desse futuro. O conhecimento científico não anda a reboque do conhecimento corrente. pelo contrário, é este que tende em cada época a incorporar conquistas científicas do passado. O estudante ler tais frases conduz a uma forma de estar nas questões científicas que pode ser profundamente prejudicial. A

Ciência Económica transforma-se na sistematização das banalidades. O hermetismo do discurso resulta mais da «tralha» gráfica e matemática do que dos conteúdos, das novas relações descobertas.

C: Retomemos o fio da meada. Todas essas observações são pertinentes e oportunas. O livro do **Samuelson** não é mais um livro. É a «bíblia» de formação de muitas gerações de estudantes de Economia. É um referencial extremamente importante. E toda a sua obra está repleta destas «brilhantes» passagens. Contudo quando fiz a leitura não pretendia entrar por aqui, pretendia apenas chamar a atenção dos perigos de não delimitarmos claramente o nosso campo de análise.

P1: E depois?

C: Reforço a minha proposta de saltarmos as diversas questões problemáticas e restringirmo-nos à resposta à pergunta referente à procura.

P1: Avancemos.

C: Atrever-me-ia a colocar as seguintes subperguntas:

1. O que é a procura?
2. Como medir a procura?
3. Procura de quê?
4. De que depende a procura?
5. Como elaborar o modelo da procura?

Talvez a primeira pergunta pudesse estar associada a uma outra: *Qual a evolução histórica da procura?*. E a segunda poderia, segundo certas análises ser mais rigorosamente formulada assim: *Quais as relações entre os conceitos de racionalidade, valor e procura?*.

P2: Porque razão as perguntas devem ser formuladas por essa ordem e não por outra?

C: É possível justificar. Com efeito, ...

E1: Por favor, continuemos. Se nos interrogamos sobre tudo, mesmo o que é secundário, dificilmente chegaremos ao fim, e correremos o risco de cair no niilismo! Avancemos para a resposta às perguntas nessa mesma ordem, mesmo que possam ter defeitos.

C: Tem razão. Avancemos.

II. 2. O que é a Procura

C: A primeira pergunta a que temos de responder, mais que não seja para uniformizar a nossa terminologia e estarmos todos a falar do mesmo, apesar de a todos parecer ser uma matéria adquirida, com os perigos que o conhecimento corrente introduz nestas considerações, é: *o que é a procura?*. Na minha opinião existem quatro possibilidades de responder a esta pergunta, resultado da justaposição de dois critérios diferentes: realidade *ex ante*, *ex post*: realidade de mercado ou de comportamento “individual”. Assim temos as possibilidades que constam do acetato:

Ia) Aquisição de algo via transacção

Ib) Aquisição de algo

IIa) Intenções de aquisição de algo via transacção

IIb) Intenções de aquisição de algo

E1: Mais uma vez conviria apresentar alguns exemplos para tentarmos perceber melhor as bases dessa distinção.

C: Vamos admitir que um indivíduo necessita de duas toneladas de batatas de semente para proceder às suas colheitas. Por qualquer razão que agora não vem ao caso ele ainda tem em armazém, em perfeitas condições de utilização, uma tonelada. Precisa de comprar uma outra se pretender fazer as culturas como deseja. A tonelada que tem em armazém é «procurada» mas não precisa, no momento presente, de adquirir. Segundo Ia) ou IIa) os bens que estão em armazém não fazem parte da procura, mas não será assim se assumirmos Ib) ou IIb). Esta é uma distinção simples.

P1: Quanto a este aspecto parece-me mais interessante considerar a segunda possibilidade, considerando a Procura Bruta (PB) como a soma da Procura do que se tem (PP) com a Procura Líquida (PL): $PB = PP + PL$.

C: Encontramos esta distinção em **Patinkin**. É perfeitamente admissível se tivermos em atenção que quase sempre que os livros de iniciação falam em procura estão-se a referir à procura líquida sem o explicitar.

I2: Acrescentaria que não se trata de uma mera operação de adição, como se poderia concluir das formulações matemáticas desse autor. A sua primeira frase é explícita.

Estas quantidades procuradas têm de ser comparadas com os excedentes de quantidades procuradas ou procuras líquidas, que são as diferenças respectivas entre as quantidades procuradas e as quantidades iniciais dos diferentes bens. Uma procura líquida positiva significa que o indivíduo é um comprador no mercado, enquanto que se é negativa significa que é um vendedor. (PATINKIN, 1959, 293)

A procura e a oferta são emanações da mesma realidade: a optimização da utilidade dos indivíduos. Uma optimização solipsista, fria, calculista, olímpica. É interessante recordar o que ele diz quase a seguir à primeira transcrição:

Segundo este esquema, é admissível pensar que o indivíduo é uma *máquina calculadora de utilidades* que, dadas as quantidades iniciais e o seu mapa de curvas de indiferença, nos dá uma correspondência entre os preços que encontra no mercado e as posições que representam para ele uma distribuição óptima dos bens. (PATINKIN, 1959, 7)

E1: E o outro exemplo?

C: Calma. Já ia tratar dele, até porque a outra distinção é a mais importante. Vamos supor duas situações, retomando ainda o exemplo anterior. O nosso agricultor foi a um armazenista (A1) para comprar a batata de semente mas ela estava, na sua opinião, demasiado cara e não a adquiriu. Dirigiu-se então a um outro fornecedor (A2) e verificando que o preço era o mesmo admitiu que as suas previsões estavam erradas e decidiu comprar a tonelada que necessitava. A sua actuação junto de A1 faz ou não parte da procura?

E1: Segundo a concepção I) não faz parte mas segundo II) faz. A actuação junto de A2 faz parte da procura em qualquer das circunstâncias.

C: Exactamente. No primeiro caso não existe nenhum acto económico, numa realidade objectiva, nenhuma declaração explícita de um comportamento económico. Pressupõe-se uma determinada lógica de emotividade e racionalidade do procurante. No segundo caso existe um acto económico, uma realidade objectiva, uma declaração explícita dum comportamento económico.

E1: O economistas gostam de adivinhar. Admitem que ele optou pelo segundo armazenista porque perdeu as expectativas de encontrar a batata de semente a um preço mais baixo ou porque achou que a segunda, apesar de ser ao mesmo preço, tinha uma maior qualidade. Mas não será que a escolha resultou da pressa que tinha em obter o produto, ou do facto do segundo armazenista ser mais atencioso ou pura e simplesmente porque pertencia ao mesmo clube de futebol que ele?

P1: Cuidado com as ratoeiras. Ao admitir as hipóteses de simpatia ou clubistas estás a dar exemplos para mostrar que poderiam existir razões extra económicas, a cuja análise os economistas puros fogem devido aos «perigos» da interdisciplinaridade, mas não o consegues. Se o segundo fornecedor tem esses atributos poderemos considerar, usando a terminologia económica, que as batatas de semente de A2 é um produto diferente das batatas de A1 ou, ainda por outras palavras, as batatas de semente de A1 e A2 é um bem económico heterogéneo.

I1: O que demonstra, através de um exemplo simples, que a teoria neoclássica é um todo coerente.

C: O que parece interessante frisar é que a primeira concepção de procura está associada a uma racionalidade real e humana, isto é, a uma lógica de raciocínio que está ao alcance de todos os homens. Cada um terá, no quadro das suas idiossincrasias, uma determinada racionalidade. Sendo humana está associada a uma afectividade, a um quadro de valores, a uma sociedade, a uma ideologia. No segundo caso temos uma racionalidade olímpica para utilizar a terminologia de **Simon**¹⁹. Admite-se que o indivíduo admitiu diversas (de preferência todas) hipóteses de preço e estudou as quantidades que estaria disposto adquirir a cada um dos preços (embora aqui pudesse querer sempre uma tonelada). Para raciocinar bem, como compete a um agente económico racional, teve de ter em conta os bens sucedâneos e os complementares, as hipóteses de heterogeneidade, etc. O que é interessante referir é a impossibilidade de uma análise positiva da concepção da procura enquanto realidade *ex ante*. A procura é uma realidade *ceteris paribus*, instantânea, contínua.

I1: O facto de ser admitida contínua, representada por uma curva, faz com que tenha infinitos pontos e não possa ser objecto de verificação plena, a não ser que se utilize a contestada indução. Recorde-se, a este propósito, **Thom** (em HAMBURGER e Outros, 1988)

I2: Também seria interessante analisar a referência às equações diferenciais e a importância das condições iniciais e ver em que medida é que tal conflitua com a noção de equilíbrio.

C: Sugiro que guardemos essa discussão para um momento seguinte, para quando tentarmos fazer algumas referências à aplicabilidade da teoria do caos.

E1: Como é possível nesta concepção de procura fazer a estimativa econométrica da procura?

C: Ou negando o próprio conceito de procura enquanto realidade *ex ante*, eventualmente admitindo que esta é perfeitamente ajustável à realidade *ex post*, ou admitindo uma constância das condições ao longo do tempo (*time section*) ou dos espaços (*cross section*).

Depois de recorrerem a autores consagrados concluem que a maior parte das vezes dão um entendimento apriorístico da procura. No entanto existem outros, como Marshall e Keynes, que tentam fazer uma conciliação das duas posições:

P1: Pelo que disse anteriormente entre estas duas posições há uma inclinação actual para a concepção da procura como realidade *ex ante*, sobretudo quando se procede a análises microeconómicas. Como se explica esta situação, mesmo da parte dos autores que defendem o positivismo?

C: Não sou capaz de dar uma resposta totalmente satisfatória a essa pergunta. O mais que posso dar é algumas achegas. Em primeiro lugar é o resultado do domínio da teoria neoclássica na microeconomia e as rígidas fronteiras entre esta e a macroeconomia. Em segundo lugar, reflecte a importância que assumiu **Pareto** na teoria microeconómica, sobretudo do equilíbrio parcial. É um autor extremamente rigoroso na sua argumentação, com uma lógica elegante, trabalhando sobre uma axiomática fundamentadora de uma economia matemática que concebe conciliar os «juízos de facto» com a inverificabilidade das suas proposições, tão do agrado de uma construção teórica que se pretende proteger do confronto com a realidade. E, apesar deste resguardo, consegue resistir razoavelmente a esse confronto.

P2: O que pretende dizer com o «resistir razoavelmente»?

C: Pretendo explicitar a ideia de que esta teoria é capaz de reflectir a realidade, mesmo admitindo a distância entre a complexidade desta e os modelos estático-comparados então elaborados, mas é sempre capaz de encaixar os fenómenos da sociedade num qualquer conceito que permite salvar o sistema. Tem um tal «poder de encaixe» que molda a realidade à sua justa medida teórica.

I2: **Pareto** inicia a sua importante obra, *Manual de Economia Política*, discutindo questões de cientificidade e de método e no entanto afirma categoricamente que “*as discussões sobre o «método» da Economia Política não tem nenhuma utilidade*” (PARETO, 1988, 23). Defendendo que a Economia deve ter os mesmos métodos que as ciências físicas, na boa linha do positivismo, reconhece que “*no que diz respeito à verdade de uma ciência, não pode haver outro critério além de sua concordância com os factos*” (Idem) mas poderemos interrogar-nos onde estão os factos da «lei da utilidade marginal decrescente», da «teoria do valor-utilidade», da «ofelividade» e das «curvas de indiferença».

P1: A obra de **Pareto** merecia só por si um estudo crítico filosófico, epistemológico e económico. Certamente que este não é o momento oportuno para o realizar. Por isso mesmo, talvez não seja conveniente desenvolvermos comentários que certamente são parciais.

II. 3. Como Medir a Procura

E1: A procura é uma categoria económica cuja quantificação é importante e habitual. Aceite uma sua concepção, como medir a procura?

C: Poderemos admitir diversas hipóteses de quantificação da procura: quantidade de dinheiro correspondente ao que se comprou ou o que se desejaria comprar, quantidade total de utilidades a usufruir com os bens correspondentes à procura, quantidade do bem que se comprou ou se desejava comprar. Uma hipótese exigiria a introdução do factor tempo, outras dificultariam as comparações temporais ou espaciais, outras ainda levantariam a polémica em torno da viabilidade das utilidades cardinais. Por isso é unânime a aceitação de que a melhor forma de medir a procura, quer a entendamos como realidade *ex ante* ou como categoria *ex post* é através da quantidade procurada. Quantidade de um determinado bem que se pretende adquirir ou se adquire. Por isso as melhores formas de representar a função procura, aceitando a terminologia inglesa, é $q_D = \Psi(\dots)$ ou $D = \Psi(\dots)$ parecendo-me preferível a primeira representação, sobretudo por razões didácticas. Mostra de uma forma sistemática que a procura é uma quantidade procurada.

P1: O que não deixa de levantar o problema da comparabilidade entre mercados.

C: Inevitável, resolúvel através da adopção de uma unidade de medida comum. E aqui os preços (eles próprios de complexa comparabilidade) surgem frequentemente como a tábua salvadora. Também poderíamos utilizar como medida unificadora, talvez teoricamente preferível mas de cálculo mais difícil, a quantidade de trabalho homogéneo necessário para a sua produção.

P2: Está-se-me a colocar um problema que talvez seja partilhado por alguns dos meus colegas. Nos livros de iniciação à Economia insiste-se muito na diferença entre “variação da quantidade procurada” e “variação da procura”. Se a procura é sempre medida em quantidade procurada que significado tem essa distinção?

E2: Recordem-me em que situações se utiliza uma ou outra terminologia para que eu possa acompanhar melhor a vossa discussão.

P2: Quando um demandante pretende adquirir maior quantidade de um bem porque diminuiu o preço fala-se de “aumento da quantidade procurada”. Quando esse mesmo indivíduo pretende comprar mais de um produto porque o seu rendimento aumentou, por exemplo, fala-se de “aumento da procura”.

E2: Obrigada

C: Esse tipo de terminologia utiliza-se numa situação diferente da que estamos a abordar agora. Para já admitimos que a procura depende de diversos factores

$$q_D = \Psi(A, B, C, D, E)$$

Seja qual for a variável explicativa eu tenho uma modificação quantitativa da variável explicada. Em qualquer dos casos eu tenho uma variação da procura, mensurável através de uma variação da quantidade procurada. Neste contexto é indiferente falar de um ou de outro modo. Admitamos agora que por qualquer motivo teórico pretendemos concentrar a nossa atenção exclusivamente numa variável explicativa. Nesse caso teremos tantas funções procura parciais quanto os conjuntos de valores assumidos pelas restantes variáveis:

$$q_D = \Phi_1(A) \text{ para } B_1, C_1, D_1, E_1$$

$$q_D = \Phi_2(A) \text{ para } B_2, C_2, D_2, E_2$$

...

$$q_D = \Phi_i(A) \text{ para } B_i, C_i, D_i, E_i$$

Para nos fixarmos apenas numa delas e trabalharmos apenas a relação entre a variável explicativa seleccionada e a variável explicada temos que admitir como hipótese de trabalho que todas as restantes variáveis se mantêm constantes, temos que introduzir a cláusula *ceteris paribus*.

P1: E admitir simultaneamente que as diversas variáveis explicativas são independentes entre si.

C: Sem dúvida. Feita esta restrição posso dizer que quando varia A varia também a procura ou a quantidade procurada. Mas se entretanto varia C , variável relevante mas excluída do modelo, também varia a procura ou a quantidade procurada. Contudo há uma diferença importante nas duas situações. No primeiro caso houve uma variação da procura, da quantidade procurada, porque a variável explicativa se alterou, a função manteve-se. No segundo caso houve uma variação da procura, da quantidade procurada, para todos os valores da variável explicativa, a referida função alterou-se, passou de Φ_1 para Φ_2 . Assim convencionou-se, insisto convencionou-se, no primeiro caso falar de variação de quantidade procurada e no segundo caso de variação da procura. Sinteticamente falar em “variação da procura” significa “variação da quantidade procurada para todos os valores da variável explicativa considerada no modelo”.

P1: Tratando-se de uma mera convenção parece-me exagerada a atenção que é dada a esta questão, nomeadamente em provas de avaliação.

C: Toda a terminologia científica é uma convenção. Do ponto de vista pedagógico a insistência nessa diferença faz, na minha opinião, sentido. Obriga o aluno a compreender o que é um «modelo total» e um «modelo parcial», o que significa o *ceteris paribus*. Quando se concentra a atenção sobre a variável preço na explicação da procura de batatas é importante não esquecer que aquela procura também depende de outras variáveis. Adoptando a representação gráfica, quando o aluno distingue entre «deslocação na curva» («variação da quantidade procurada») e «deslocação da curva» («variação da procura», «variação da quantidade procurada para todos os valores do preço») está a dar um salto qualitativo no seu processo de aprendizagem, sobretudo se associar esse facto às causas.

P3: A quantificação da procura através da quantidade procurada, independentemente da unidade de medida que se tenha de adoptar, também se aplica aos bens económicos a que não se aplica o princípio da exclusão?

C: Não vejo razões para não se aplicar.

II. 4. O que é que se Procura

C: A terceira questão que sugeria para reflexão é a seguinte: *Procura de quê?*

P1: De bens, de bens económicos. Até já fizemos uma análise sobre a classificação desses bens e esclarecemos algumas das confusões que a imprecisão terminológica tem arrastado. Que mais analisar sobre isso?

C: A resposta normalmente apresentada é exactamente essa. Mas conforme **Lencaster** demonstrou o procurante tanto pode procurar bens como determinadas características eventualmente atribuíveis a determinados bens. A resposta a pergunta parece-me ser “bens e características”.

P1: Procurar características não é uma forma indirecta de procurar bens? Eu não posso dissociar as características dos próprios bens, ou mais precisamente da relação entre bem e procurante.

P2: Ou dito ainda de outra forma: eu não posso dissociar as características da relação que se estabelece entre quem oferece e quem procura características, as quais se manifestam na relação entre o bem, potencial ou efectivo, e o procurante.

E1: Parece que de vez em quando temos que ser nós a introduzir a ordem na discussão, talvez porque somos mais ignorantes, talvez porque ainda somos aprendizes de intelectuais e ainda não nos deixamos embalar pelas palavras. Como dizia **Agostinho da Silva**, “*o som das palavras move mais os homens do que o seu conteúdo*” (SILVA, 1993, 41). Provavelmente diversos de nós não está a par da teoria da procura das características. Não joguemos com os nomes e procuremos precisar o que estamos a analisar. Por favor, não seria possível começar por fazer uma breve apresentação dessa teoria?

P1: Parece-me muito sensato esse aviso. Seria uma boa metodologia. Concorda?

C: Estou longe de ser um especialista nessa teoria. Talvez outro o pudesse fazer.

I2: Aceito o desafio. As ideias básicas para o que passou a ser designada como *Nova Teoria do Consumidor* são muito simples e evidentes. Em primeiro lugar o mesmo bem pode ser analisado diferentemente por procurantes diferentes. Em segundo lugar cada bem possui um conjunto muito grande de características diferentes sendo estas mais ou menos relevantes para as opções do procurante conforme as circunstâncias. A partir daqui se conclui que a atenção deve ser deslocada do bem para as suas características. Se o preço é, também, o resultado da procura aquele está associado directamente às características procuradas. Este tipo de análise parece interessante e não tem vindo a ser desmentida por trabalhos econométricos em torno da procura de diversos bens. Se esta maneira de abordar o problema é susceptível de novos desenvolvimentos, **Lencaster** (1971) pouco os explorou a partir do momento que transfere a lógica das curvas de indiferença dos bens para as características e associa estas sempre a bens. Por outras palavras, continuamos inteiramente no campo dos referenciais teóricos legados por **Pareto** e não se admite a hipótese, mesmo como análise *ex ante*, do procurante pretender características que não existem associadas a nenhum bem.

P2: Apesar de dizer que as bases da nova teoria são velhas não deixa de ser um facto que permite outro tipo de análises. Provavelmente não será por acaso que **Roland**, uma tese de doutoramento realizada há alguns anos, pretendia mostrar que uma releitura da teoria marxista e a nova teoria do consumidor poderiam fazer um casamento interessante (ROLAND, 1985)

I1: Não conheço esse trabalho a que faz alusão. De qualquer forma não interprete mal as minhas palavras. O facto de dizer que os fundamentos teóricos são similares não nega que se trata de uma abordagem provavelmente mais realista e, sobretudo, instigadora de estudos que seguem uma metodologia diferente. Provavelmente para o estudo dos elementos da procura influenciadores de certos preços, sobretudo de bens duradouros (de consumo ou investimento) e complexos, a abordagem através das características é uma via francamente mais vantajosa do ponto de vista econométrico.

C: Poderemos então concluir que tanto pode haver procura de bens (ou conjunto de bens) como de características (ou conjunto de características) mas que em algum momento da análise há o reencontro desses dois referenciais da procura.

II. 5. De que Depende a Procura

C: Podemos agora avançar e lançar mais uma pergunta, aparentemente simples: *de que depende a procura?*

P1: Até agora temo-nos defrontado com muitas hipóteses de caracterização da procura e de âmbito da sua aplicação. Recordemo-nos que tanto podemos falar de procura antes do aparecimento da moeda e no quadro de uma troca directa accidental como numa economia monetária, como acontece hoje. Se falarmos em procura total o autoconsumo também uma procura. Interrogámo-nos sobre se a procura de moeda, por exemplo, é uma verdadeira procura. Verificámos que na terminologia de alguns autores a fronteira entre oferta e procura é apenas uma questão de valor negativo ou positivo da procura líquida. Há pouco discutíamos as diferenças e semelhanças entre procura de bens e procura de características. Creio que se pretendermos responder a essa questão de uma forma genérica nos arriscamos a nada conseguir de comum ou então, o que não é melhor, a termos que reanalisar as listas de possibilidades para cada factor determinante que avançarmos. Não creio que tal esteja de acordo com as nossas preocupações iniciais do debate.

P2: Tem razão. Essa é uma questão que tenho vindo a notar nas nossas últimas abordagens. De alguma forma temo-nos afastado da nossa preocupação principal, isto é, saber como é que se deve ensinar estas temáticas aos jovens que iniciam o seu caminho na aprendizagem científica do económico. Temos resvalado para uma preocupação excessiva pelo científico.

C: Não lhe chamaria excessiva mas estou de acordo que temos descurado um pouco a reanálise das questões pedagógicas associadas a cada uma das temáticas que temos abordado. Que propõem para obviar a esta situação?

P1: Que delimitemos claramente a que noção e tipo de procura pretendemos responder ao formular a pergunta anterior. Se queremos retomar as questões pedagógicas talvez seja conveniente delimitar aos bens económicos (excluindo desta noção a moeda, os favores, eventualmente a informação) procurados como consumo final (logo excluindo os factores de produção e, obviamente, a procura de força de trabalho) num mercado capitalista (isto é, em que se produz para o mercado e existe moeda). Identifiquemos, pelo menos no início da análise, procura como disponibilidade para comprar, isto é, como realidade *ex ante*.

C: Aproveitava para lembrar que este é exactamente um exercício que os professores devem sempre fazer na abordagem de uma determinada pergunta: delimitar o campo de observação, situar a construção do modelo no espaço e no tempo. Aqui está uma preocupação pedagógica que corresponde a um cuidado que a construção científica deveria ter.

II: Essa preocupação está por vezes ausente porque se considera o sistema capitalista, sistema económico em que nasceu a Economia Política, como eterno e imutável na sua essência. Tão imutável como o é, segundo essas posições, a essência humana. Não é por acaso que encontramos nos autores que construíram a teoria utilitarista exemplos «típicos» de épocas pré-capitalistas para suportarem a teorização do capitalismo.

P1: Mas em que é que ficamos quanto à proposta que fiz?

C: Nada dissemos sobre ela porque houve uma imediata aceitação. Limitemos o âmbito da pergunta ao que sugeriste.

P1: Ótimo.

C: Avancemos com a explicitação de variáveis, qualitativas ou quantitativas, que podem influenciar a procura ou, por outras palavras, a quantidade procurada. Para precisarmos a linguagem chamemos ao bem x . Chamemos ao procurante i . Tal como nas situações anteriores despertemos a imaginação e façamos uma lista de possíveis factores explicativos que sejam suficientemente genéricos.

II: Vejamos o que influencia a procura realizada por um indivíduo para o bem, simples ou composto, homogéneo ou heterogéneo. Então teremos de fazer oportunamente uma outra reflexão: será possível passar das procuras individuais para as procuras globais? No caso negativo o que justifica que essa seja a prática habitual nas apresentações do problema. No caso afirmativo como se deve proceder e que cuidados são mais relevantes.

C: Deixemos esse aspecto para mais tarde. Para já, insisto, concentremo-nos nas variáveis de que depende a procura.

E num processo livre de apresentação de ideias, sugestões e provocações foi-se criando uma lista de variáveis susceptíveis de uma atenção particular na fase seguinte:

C: Creio que estamos em condições de fazer uma listagem. Deixemos qualquer preocupação de avaliação ou de hierarquização para uma fase seguinte. Escrevamos pela ordem em que foram aparecendo:

- (A) *Riqueza actual de i*
- (B) *Riqueza futura prevista de i*
- (C) *Rendimentos actuais de i*
- (D) *Rendimentos futuros previstos de i*
- (E) *Posição social de i*
- (F) *Usos e costumes*
- (G) *Padrões culturais*
- (H) *Modos de vida*
- (I) *Preço do bem x*
- (J) *Preços dos bens sucedâneos de x*
- (K) *Preços dos bens complementares de x*
- (L) *Preço dos bens independentes de x*
- (M) *Comprimento do rabo dos gatos*
- (N) *Explosões solares*
- (O) *Posição relativa dos astros*
- (P) *Fases da lua*
- (Q) *Pluviosidade*
- (R) *Acesso ao crédito*
- (S) *Gostos individuais*
- (T) *Gostos colectivos*
- (U) *Programas de televisão*
- (V) *Marketing do bem x*
- (W) *Marketing dos outros produtos*
- (X) *Ambiente de aceitação/rejeição do marketing*
- (Y) *Última ida à discoteca*
- (Z) *Conversas dos amigos sobre x*
- (AA) *Esquizofrenia*
- (AB) *Desenvolvimento económico da sociedade de i*
- (AC) *Desenvolvimento tecnológico da sociedade de i*
- (AD) *Experiências passadas de compra*
- (AE) *Experiências passadas de tentativa de compra.*
- (AF) *Dinheiro disponível*
- (AG) *Rendimento monetário disponível*
- (AH) *Oferta*
- (AI) *Política económica*
- (AJ) *Situação política*
- (AK) *Características de x*
- (AL) *Estrutura do comércio retalhista*
- (AM) *Conjuntura económica*

E1: É uma lista considerável.

C: Por isso mesmo convém introduzirmos uma determinada metodologia de análise. Nós temos um conjunto de variáveis susceptíveis de classificação de diversas formas. Uma são económicas, outras extra-económicas. Uma provavelmente não influenciam, outras influenciam pouco, outras influenciam bastante. Uma influenciam directamente e outras indirectamente.

II: Seria muito perigoso desde já classificá-las por grau de influência. Tal dependerá de análises futuras quantificadas e provavelmente o grau de influência depende da época e do lugar. Admito que possamos excluir algumas por considerarmos, embora possamos errar, que não influenciam. Mas devemos ficar por aí.

P2: Também a distinção entre variáveis económicas e extra-económicas me parece extemporânea. Para já o que interessa é ver se influencia ou não. Se as chamadas extra-económicas influenciam, se verificarmos que influenciam muito, apenas poderemos pugnar pelos trabalhos interdisciplinares. Não podemos de alguma forma excluí-los.

I2: Já que todos estão a levantar problemas à metodologia proposta cabe-me a mim fazer a sua defesa. Temos que seguir uma metodologia de análise, um caminho. Tal é importante por razões científicas mas também por motivos pedagógicos. A vantagem destas listagens é permitir uma reflexão colectiva mas tal exige regras. Propunha que numa primeira análise se distinguísse entre variáveis que não influenciam, variáveis que influenciam directamente e variáveis que influenciam indirectamente. Proponho esta classificação porque me parece que estamos, em alguns casos, a dizer a mesma coisa por palavras diferentes.

E1: Sobre esse interesse da reflexão colectiva deixem-me mais uma vez citar **Agostinho da Silva** quando ele dá um conselho ao seu discípulo, ao seu amigo que pretende ser filósofo: “fique certo de que mais valem todos os erros se forem cometidos segundo o que pensou e decidiu do que todos os acertos, se eles foram meus, não seus” (SILVA, 1993). Nada pior do que nos apresentarem as coisas já totalmente pensadas, sem erros, sem dúvidas.

C: Quer apresentar-nos uma proposta de arrumação segundo esse esquema?

I2: Não me nego, desde que consideremos como uma base de discussão e me dêem algum tempo para pensar. Façamos um intervalos para descansar e de imediato retomo esse esforço enquanto vocês cavaqueiam. Vou por-vos um disco para descansarem.

II. 7. Agrupando as Variáveis Explicativas

I2: Estudar as relações que existem entre as diversas variáveis indicadas e a procura exigiria certamente um cuidado maior do que aquele que me foi possível exercer. A selecção de indicadores quantificáveis expressáveis das variáveis indicadas e aplicação de medições estatísticas a elas poderia ajudar a clarificar alguns aspectos e tal não foi possível.

I1: Esse tipo de refinamentos são importantes mas também têm uma aplicação limitada. Em primeiro lugar porque algumas das variáveis escolhidas não são expressáveis quantitativamente, seja porque são muito genéricas (ex. gostos colectivos) seja porque são do foro subjectivo (a própria procura) seja ainda porque são socialmente irrelevantes (comprimento do rabo dos gatos). Em segundo lugar porque uma qualquer correlação entre dois indicadores têm de ser validados pela teoria, o nosso ponto de referência. São sobejamente conhecidos os trabalhos econométricos que mostram existir «correlações estáveis» entre coisas que não estão minimamente relacionadas.

I2: Pelo menos pensamos que assim seja, mas porque não duvidar dos nossos saberes compartimentados. Quando **Lorenz** mostrou matematicamente, através da teoria do caos, que era possível relacionar o bater de asas de uma borboleta nos EUA com uma tempestade no Japão não estava a romper com essas nossas ideias fáceis do relacionamento parcial?

I1: Tem em parte razão. Temos de ser cuidadosos com o que aceitamos e o que rejeitamos mas temos de ver estas questões à luz dos conhecimentos que possuímos num determinado momento. Se esse exemplo faz-nos pensar também é inegável que não basta uma correlação existir para aceitarmos a existência de uma relação intrínseca, explicativa, entre duas variáveis. Em terceiro lugar, na lógica actualmente mais aceite, a verificação empírica de uma relação de simultaneidade entre duas variáveis, mesmo aceite teoricamente, apenas demonstra que ainda não há razão para rejeitar essa relação. Não a rejeitamos mas não aumenta a nossa confiança nela.

I2: Começemos pelo mais simples. Listagem das variáveis que não explicam a procura de bens de consumo final, em geral, numa economia capitalista:

VARIÁVEIS QUE NÃO INFLUENCIAM A PROCURA

(M) Comprimento do rabo dos gatos

(N) Explosões solares

(O) Posição relativa dos astros

(P) Fases da lua

(Q) Pluviosidade

Creio que é suficientemente evidente a inexistência de uma relação directa ou indirecta entre estas variáveis e a procura.

C: Não existem evidências. Toda a “evidência” é uma correspondência entre a leitura teórica que fazemos da realidade e o conjunto de saberes constituídos previamente, com forte interpenetração da ideologia. Essa “evidência” parte de alguns pressupostos, nomeadamente que os astros não influenciam directa ou indirectamente a maneira das pessoas se sentirem e se comportarem. Um defensor das teses astrológicas teria eventualmente uma posição diferente. E mesmo que admitíssemos que a sua influencia indirecta (via gostos, por exemplo) fosse pequena, com a exclusão da noção de equilíbrio, com uma leitura dinâmica dos fenómenos económicos, com a explicitação da sensibilidade às condições iniciais, poderíamos estar a cometer um erro significativo ao excluir estes factores. A variável (M) mereceria, provavelmente, unanimidade quanto à não influência genérica, assim como a pluviosidade.

P2: Nem aí seria tão categórico. O comprimento do rabo dos gatos pode ser uma variável que influencia a procura de gatos. Se a procura de uns bens influencia a procura de bens complementares e sucedâneos temos aqui uma influencia indirecta dessa variável sobre a procura de um conjunto mais ou menos restrito de variáveis. Se analisarmos em cadeia ou admitirmos que o preço dos bens independentes também influencia, via, por exemplo, rendimento disponível para os outros gastos, estamos a chegar a uma influencia daquela variável sobre a procura global.

I2: Começo a sentir saudades do velho *ceteris paribus*.

P2: Porque a nossa maneira de raciocinar, nomeadamente sobre o económico, foi moldada nessa metodologia.

I2: Seja. Admitamos que (M) influencia em 0,1⁻¹²%. Terá interesse considerarmos?

P2: Em quase todas as situações é totalmente irrelevante.

P1: A dificuldade estará em sabermos em que espaço nos situamos, em que posição daquele nos encontramos, qual é o tempo de influencia de cada uma das direcções, como é que o próprio espaço evolui. O que está a dizer já tinha sido, de alguma forma, e em alguns aspectos com um muito maior rigor, apresentado na teoria das catástrofes de **Thom**.

C: Meus senhores, receio que entremos numa derivação que nos levaria bastante longe. Permitam-me ter a veleidade de tirar algumas conclusões destas últimas considerações. Em primeiro lugar concluiria da nossa dificuldade em raciocinar fora dos quadros teóricos a que fomos habituados: *ceteris paribus*, equilíbrio, análises parcelares. Esta dificuldade é a outra face das dificuldades em raciocinarmos em termos dinâmicos, de abandonar a linearidade, da muito insuficiente utilização da topologia pelos economistas. Em segundo lugar que deveremos ter muito cuidado na constatação da influência ou não de uma determinada variável sobre outra. A dúvida metódica tem aí uma importância particularmente relevante porque não existem métodos totalmente seguros para chegarmos a uma conclusão. O mais que poderemos dizer é que no contexto dos nossos conhecimentos actuais e admitindo um conjunto de pressupostos podemos concluir de determinado modo. Apesar destas interrogações não podemos tombar na impossibilidade de conhecimento (científico). Em terceiro lugar chama-nos a atenção para o interesse de reanalisarmos, com os instrumentos disponíveis na ciência moderna, as leis da dialéctica formuladas por **Hegel**, **Marx** e outros. Por último chama-nos a atenção para a importância de associarmos a variável *tempo* e *espaço* quando discutimos estas questões. Assim como nós no nosso quotidiano não necessitamos de ter em conta a teoria da relatividade para definirmos o nosso percurso de carro também a sensibilidade às condições iniciais poderão ser esquecidas em várias situações e o *ceteris paribus* é cientificamente inofensivo. Mas quando passamos da teoria do equilíbrio parcial para a teoria do equilíbrio geral, quando passamos de um período “curto” para um período “longo” temos que reanalisar os nossos pressupostos e as nossas metodologias. Não é apenas uma mudança de sistema de equações e/ou de variáveis. É uma modificação qualitativa do modelo de referência.

I2: Depois destas considerações espero que aceitem a proposta que fiz das variáveis que não influenciam a procura. Estamos no campo das probabilidades. A probabilidade de aquelas variáveis influenciarem, sejam quais forem os espaços e os tempos de referência, é nula.

C: Continuemos.

I2: O quadro das variáveis que influenciam directamente a procura é o que apresento a seguir, dividido em três grupos. G1: conjunto das variáveis que sem dúvida, pelo menos para mim, influenciam directamente a procura; G2: conjunto das que podem influenciar a procura mas exigem uma reflexão um pouco mais cuidada; G3: as variáveis que exigem um sério debate sobre a influencia directa ou não pois podem conflitar com algumas das versões teóricas comumente aceites.

VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM DIRECTAMENTE A PROCURA

GRUPO 1

(A) Riqueza actual de *i*

(B) Riqueza futura prevista de i
 (C) Rendimentos actuais de i
 (D) Rendimentos futuros previstos de i
 (I) Preço do bem x
 (J) Preços dos bens sucedâneos de x
 (K) Preços dos bens complementares de x
 (AD) Experiências passadas de compra
 (AE) Experiências passadas de tentativa de compra.
 (AK) Características de x
 (AL) Estrutura do comércio retalhista

GRUPO 2

(S) Gostos individuais
 (T) Gostos colectivos

GRUPO 3

(AF) Dinheiro disponível
 (AG) Rendimento monetário disponível
 (AH) Oferta

C: As variáveis I, J e K constam de qualquer manual, são facilmente adquiríveis e creio que não merece da nossa parte sérias reflexões.

P1: Apenas duas palavras sobre o conceito de bens sucedâneos e complementares. Todos sabemos quando se fala de complementaridade (quando uma variação da procura de um bem x gera uma variação no mesmo sentido da procura de Y) e de sucedaneidade (quando uma variação da procura de um bem x gera uma variação de sentido contrário da procura de Y). Pode haver uma certa tendência espontânea para se admitir que há simetria e transitividade nessas relações o que não está à partida provado. Reparem, por exemplo, como **Samuelson** coloca o problema: “*Diz-se, portanto, que o chá e o café são produtos rivais, ou concorrentes – ou sucedâneos. O chá e o limão, por outro lado, são bens complementares. Aos **pares de bens**²⁰ que se situam numa posição intermédia, tais como o chá e o sal, dá-se o nome de bens independentes. Classifique o leitor, os seguintes **pares de bens**: carne de vaca e carne de porco, peru e molho «cramberry», automóveis e gasolina, transporte de camião e de comboio, petróleo e carvão, carvão e equipamento para eliminar os vapores sulfurosos das chaminés das centrais eléctricas que queimam carvão” (1986, 445). Fala-se em pares de bens e não em o bem x em relação ao bem y . Quase que pressupõe a simetria, embora num exemplo seguinte coloque a possibilidade de não existir. O que pretendo chamar a atenção é para o facto da apresentação desse problema tender a criar espontaneamente, subconscientemente, equívocos nos alunos.*

Normalmente procura-se precisar a especificação das relações de complementaridade e sucedaneidade através do cálculo de elasticidades cruzadas. É um bom procedimento mas mais uma vez temos de ter consciência dos desajustamentos e limitações dos nossos modos de proceder. Desajustamento pelo facto das funções procura serem, como temos visto, realidades *ex ante* e as elasticidades serem, pelo menos se pretendem expressar a realidade, categorias *ex post*. Ao passarmos de uma para a outra passamos das *intenções de* para as *realizações de*. Passamos da instantaneidade ou invariabilidade dos outros elementos explicativos da procura para a mutabilidade, simultaneidade, interacção e efeitos *feedback* das diversas variáveis explicativas.

II: A utilização das derivadas parciais reduzem esses perigos. Ao calcular uma derivada parcial está, tal como o modelo pressupõe, a considerar as restantes variáveis como constantes.

P1: Aplicamos derivadas parciais mas sobre uma função obtida estatisticamente que não contempla a complexidade das relações entre as variáveis. Não tenho, neste momento, uma proposta alternativa a fazer. Não seria difícil encontrar formulações matemáticas alternativas mas sem uma prévia constatação de eventuais valores dos parâmetros não teriam grande significado.

E depois de uma aproximação a alguns modelos utilizados na Teoria do Caos prosseguem.

C: Existem trabalhos que acentuam a importância do rendimento, fluxo, outros a influência da riqueza, stock. Provavelmente no caso de alguns tipos de bens o rendimento tenha mais importância e

noutros a relevância encontre-se na riqueza. Também é compreensível que uma variação esperada no rendimento ou na riqueza permita fazer variar a procura no mesmo sentido. Provavelmente esta antecipação poderá estar ligada a uma outra variável que referimos anteriormente e que ainda não foi explicitada: a facilidade de acesso ao crédito.

I2: Reservo-lhe alguns comentários para mais tarde. O que nos devemos interrogar, porque sobre o assunto existe bastante polémica, é se a riqueza e o rendimento devem ser analisados em termos monetários ou em termos reais. Como é sabido diversos autores privilegiam a vertente monetária e outros a sua expressão «real». Para uns os fluxos são por natureza monetários, a moeda comporta informação mas esta é incompleta ou cheia de «ruidos», a moeda é factor de «desequilíbrio», há «ilusão monetária», esses fluxos influenciam os comportamentos humanos num quadro de múltiplas influências psicológicas (incluindo as de afectividade e irracionalidade) e sociais (desde as referências culturais aos jogos de prestígio). Tudo isto faria com que os modelos que pretendem descrever as acções dos homens devem ter como referencial as grandezas em termos monetários. Para outros os homens são perfeitamente racionais, possuem todas as informações de que necessitam para os seus cálculos económicos e têm capacidade de processar toda a informação. Assim sendo «deflacionam» todos os seus agregados e tomam as decisões em termos «reais».

C: Sugiro que deixemos o problema em aberto. Em alguma medida já o discutimos quando se afirmou que o equívoco da economia neoclássica foi pretender constituir uma ciência normativa com a capa da positividade. Se aceitarmos esse princípio, que está muito longe da unanimidade, poderemos dizer, numa tentativa de conciliação das duas posições, que o rendimento ou riqueza reais são o limite das variáveis explicativas rendimento e riqueza quando os agentes económicos evoluem para a racionalidade plena. Cada procurante encontrar-se-á mais ou menos longe desse limite conforme a sociedade em que vive, os referenciais culturais que possui, a formação e informação económicas, a penetração do capitalismo concorrencial, a influência ideológica dos economistas e do economicismo.

P3: Parece uma formulação interessante.

E1: Pretende dizer que todos os economistas são economicistas?

C: Não. Provavelmente muitos são mas muitos outros não o serão. As fronteiras dependem das situações económica e política, das correntes dominantes. Muitos economistas serão economicistas nas suas receitas mas comportar-se-ão de modo diferente no seu quotidiano.

P1: A importância das variáveis AF (dinheiro disponível), mais ligada à riqueza, e AG (rendimento monetário disponível) depende da resposta que dermos sobre a existência, ou não, da «ilusão monetária», utilizando a terminologia keynesiana?

I2: Não foi essa a razão porque a coloquei num grupo à parte. A economia capitalista é necessariamente monetária. Os mercados no consumidor final numa economia capitalista exigem a moeda. Uma moeda que não é neutra. Poderíamos analisar as razões da não-neutralidade desta mas passemos adiante. Em contrapartida na explicação dos mecanismos de mercado falamos do rendimento e da riqueza disponíveis e não do seu montante em forma monetária ou convertível em tal. Ora para comprar um bem não basta ter rendimento ou riqueza é necessário tê-lo sob a forma monetária. Este rendimento ou riqueza monetária pode ser avaliada pelo procurante de forma «monetária» ou «real» o que nos remete para o problema anteriormente levantado.

C: A explicação que deu aplica-se a AG (rendimento monetário disponível) mas não cobre integralmente a variável AF (dinheiro disponível). De facto pode-se ter “dinheiro disponível” sem ter correspondente rendimento ou riqueza. A partir do momento em que o crédito concedido pelas instituições bancárias e parabancárias se generaliza no quadro de uma hierarquização do sistema bancário que tem no topo a instituição emissora de moeda nacional todo o crédito gera moeda e quem obtém crédito passa a possuir moeda. O acesso ao crédito influencia directamente a procura existente num determinado momento. Se esse crédito é uma antecipação de rendimentos futuros ou uma antecipação de liquidez de riqueza é muito provável que ele seja pago e se traduza numa diminuição da procura futura, quando se considera um procurante isolado. Se esse crédito surge desinserido dessa possibilidade de pagamento temos uma pseudo validação social do bem.

I2: Tinha guardado a variável R (acesso ao crédito) para um debate seguinte mas creio que é indissociável do que temos estado a analisar. Muito provavelmente a quantidade de rendimento ou riqueza, de hoje ou esperada, que influencia directamente a procura depende da quantidade que assume, efectiva ou potencialmente, a forma monetária. A partir do momento que aceitemos estes aspectos surge de imediato a influência da taxa de juro sobre a procura de bens de consumo final, sobre o funcionamento dos mercados de bens.

C: Ao acrescentarmos estas variáveis na determinação da procura de bens de consumo final numa economia capitalista, não nos esqueçamos que é nesse âmbito que estamos a incidir a nossa análise,

estamos a aumentar o realismo da explicação do funcionamento do mercado. Mas não estamos a dizer nada de novo. Não existe política económica sobre esta área de acção dos cidadãos que não considere a maior ou menor facilidade de venda a prestações, os mecanismos de crédito, a taxa de juro e outras variáveis similares como influenciadora do consumo. O que acontece é que estas apreciações ditas macroeconómicas e de realidade *ex post* (consumo) não são transpostas frequentemente, o que não quer dizer que o não sejam em algumas análises mais completas, para os estudos microeconómicos *ex ante*.

E1: Por outras palavras estamos a complexizar o modelo.

C: Em parte é isso mas não gostaria de utilizar essa terminologia, que está associada a outro tipo de modelos. Em nome do realismo da análise mas também com a preocupação de numa fase posterior podermos meditar um pouco sobre a interacção das diversas variáveis explicativas entre si, os efeitos de *feedback*. Mas a introdução da moeda na procura microeconómica, por intermédio da forma monetária do rendimento e do crédito, o acesso ao crédito e a possibilidade de existir «ilusão monetária» introduz a moeda no cerne do mercado. Ela deixa de ser considerada uma variável ausente ou neutra. A moeda aparece no mercado não apenas como unidade de conta do «valor» dos bens, como um intermediário da troca entre bens mas porque a economia é necessariamente monetária. As grandezas reais são uma derivação metodológica das grandezas monetárias. A moeda deixa de ser só unidade de conta e meio de circulação para também passar a ser meio de entesouramento e meio de pagamento. É geradora de informação mas também de desinformação, de «equilíbrios» mas também de «desequilíbrios». É habitual assumir-se que existe a quantidade moeda necessária para executar as trocas sugeridas ou concretizadas pelo mercado, mas a quantidade de moeda é variável explicativa da própria dinâmica da procura, logo do mercado.

P1: Se se admite esta dupla acção da moeda na articulação e informação então também é necessário reflectir se os preços de referência são relativos, situação considerada pela teoria neoclássica, ou absolutos. Mas creio que neste caso muitas outras coisas teriam que ser revistas!

C: De facto um aspecto é indissociável do outro.

E1: Sugeria que no acetato final sobre as variáveis que influenciam directamente a procura se reflectisse as considerações que têm sido apresentadas e agora passássemos a ver a outras variáveis.

C: Provavelmente esta introdução da moeda como variável explicativa da procura exigiria considerações mais detalhadas mas podemos guardar para outra ocasião.

I2: Passemos então para as variáveis AD (experiências passadas de compra) e AE (experiências passadas de tentativa de compra). Elas são conceptualmente muito parecidas e poderemos avançar com as duas ao mesmo tempo. Quando um indivíduo pretende adquirir um meio de transporte próprio para a cidade vai ver que bicicletas, motos ou carros existem e quais os seus preços. Nem se lhe passa pela cabeça tentar encontrar à venda uma vassoura voadora, embora esta fosse, segundo as histórias que leu em pequeno, certamente mais barata, gastando menos combustível e de mais fácil arrumação no pouco espaço citadino. Quando um indivíduo vai comprar umas calças limita a sua escolha a determinados tipos de tecido e a determinados modelos, por muito excêntrico que seja o seu gosto. Quando alguém pede que lhe vá comprar fósforos entrega um pequeno montante de dinheiro para realizar o pagamento mas se for comprar um automóvel a pronto pagamento sabe que é preferível levar cheque e ter um bom saldo no banco.

E1: O que todos esses exemplos demonstram é que o procurante tem em consideração a oferta: o que é oferecido, existência de abundância ou escassez, os custos de produção. Se um extraterrestre aterrasse na nossa cidade não saberia de imediato o que comprar e por quanto comprar.

P1: A forma mais branda de analisar o problema é dizer que a procura depende da experiência passada de procura, englobando as duas variáveis referenciadas. A forma mais dura de analisar o problema é dizer que a procura depende da oferta. Em qualquer dos casos a oferta influencia, directa ou indirectamente a procura.

E2: Não é relativamente indiferente considerar de uma forma ou de outra?

P1: Não completamente. Os modelos baseados no funcionamento do mercado visam explicar a fixação do preço pela «intercepção» da procura e da oferta, tendo como pressuposto que a produção é um dado e que a procura e a oferta são independentes. Ao relacionar, via factores influenciadores, a oferta e a procura estamos a romper com a independência referida.

P3: No entanto é frequente os modelos económicos da procura englobarem a oferta. A título de exemplo estou a recordar um trabalho relativamente recente feito para Portugal sobre a procura de ópera (BARROS, 1994)²¹. Obviamente que se trata de uma análise *ex post*:

Essa questão remete-nos para uma posição de **Ricardo** que já anteriormente referimos: “É o custo de produção que, em última análise, determina o preço dos produtos e não, como se tem frequentemente dito, a proporção entre a oferta e a procura”.

E3: Parece que estamos a chegar a algumas conclusões interessantes.

Depois de algumas considerações sobre o papel da crítica na pedagogia da Economia e sobre a “consciência possível” dos estudantes, prosseguem:

I2: Continuemos o nosso percurso. A variável AK (características de x) não me parece carecer de grandes explicações. A procura de um determinado bem encontra a sua primeira razão de ser no facto de admitirmos que aquele é capaz de satisfazer necessidades que sentimos. Mas admitimos isso porque esse bem possui determinadas características. Remete para matéria que já analisamos.

C: Avance.

I2: A variável AL (estrutura do comércio retalhista) pode conter muitas coisas. É o número, dimensão, especialização, organização e localização dos estabelecimentos comerciais; é a acção de marketing e de convencimento dos utilizadores; é a estrutura de preços praticados. Creio que tudo isso influencia a procura mas alguns desses aspectos influenciam directamente enquanto outros o fazem indirectamente. Assumi a influência directa porque relatei a estrutura do comércio retalhista, no sentido de comércio que serve o consumidor final, com a acessibilidade que garante. Para haver procura é necessário haver acessibilidade.

P1: Sem deixar de ter em consideração que as formas dessa acessibilidade tem sofrido uma enorme modificação devido à alteração radical dos meios de comunicação.

C: Não compreendo o que o levou a colocar no grupo 2 os gostos individuais e os gostos colectivos.

I2: É quase um lugar comum dizer que os gostos individuais, variável S, influenciam a procura individual e o conjunto das procuras individuais dão lugar à procura colectiva. Também estamos habituados a falar do gosto individual como algo do foro individual que é claramente especificado por um conjunto de opções que cada um de nós toma. A primeira questão para que gostaria de chamar a atenção é para o «poço sem fundo» que se designa dessa forma. É onde colocamos a emotividade e a irracionalidade individual que depois excluimos pela porta da racionalidade económica. É onde colocamos a influência da religião, da ideologia, dos conhecimentos científicos e filosóficos. É onde colocamos os impactos do marketing, das práticas quotidianas, da educação, da acção cívica. É onde colocamos a expressão individual dos padrões culturais, do desenvolvimento civilizacional. Numa palavra onde colocamos tudo. É um conjunto suficientemente complexo para que exigisse a nossa atenção.

C: Tem razão, mas a análise desse aspecto remete-nos para áreas científicas diferentes. Nada tenho contra isso. Creio que nenhum de nós. Mas temos de estar prevenidos.

I2: Também não pretendo aqui dissecar esse aspecto. Tenhamos, contudo, consciência da riqueza psicológica e sociológica dessa variável. Tenhamos a consciência de que estamos a meter pela janela o que expulsámos pela porta. Tenhamos também a consciência de que uma variável tão complexa está em permanente mutação, mesmo que muitos dos seus elementos sejam resistentes à mudança. E como é uma variável nunca analisada, mesmo quando estamos a estudar períodos históricos em que há verdadeiras «revoluções do gosto» aplicamo-lhe calmamente o *ceteris paribus*.

P1: Creio que qualquer um de nós estará de acordos com as recomendações que faz. Creio, no entanto, que ao colocar lado a lado os gostos individuais e colectivos tinha outras preocupações em mente.

I2: Tem a ver com a segunda questão que ia colocar. Ao procedermos dessa forma estamos a admitir que a procura colectiva é o resultado da soma das procuras individuais. Mas que nos impede admitir que a procura individual é uma fracção da procura colectiva?

P1: Não é jogarmos com as palavras?

I2: De forma nenhuma pretenderia tal. Se a procura colectiva é a soma de procuras individuais então o modelo fundamental, normalmente sob a forma de curvas de indiferença, visa explicar esta. Na lógica do que estamos habituados construímos um mapa de curvas de indiferença individuais, entramos com o rendimento e chegamos à curva de procura, limitada aos preços como variável explicativa. Depois é juntar e obtemos a procura colectiva.

P1: Construiu-se uma curva da procura individual partindo de um conjunto de pressupostos, nomeadamente o da transitividade, e chega-se a uma curva colectiva que pode deixar de respeitar

alguns desses princípios. As diferenças inter-individuais minam silenciosamente as coerências anteriores sem que nunca surjam explicitamente.

E1: O que é isso da transitividade?

P1: Peço desculpa pelo hermetismo. Um dos pressupostos das curvas de indiferença é que “o consumidor é coerente na escolha entre combinações de bens” (MILLER, 1981, 14). Isto significa que se esse procurante prefere o bem A ao bem B e o bem B ao bem C então prefere o bem A ao bem C. Admitindo que é totalmente livre na sua escolha vai optar por A

I2: Se a procura individual é uma parte da procura colectiva, continuado a admitir o mesmo modelo de referência e não entrando com o altruísmo de **Becker**, será possível construir um mapa de curvas de indiferença para o conjunto dos indivíduos, considerar o constrangimento do rendimento, soma dos rendimentos individuais, e obtemos directamente a curva da procura colectiva.

P1: Provavelmente é indiferente considerar um ou outro caminho.

I2: Mas não será que nesse caso os resultados são diferentes porque as diferenças individuais e as relações inter-individuais anulam o importante princípio da transitividade?

P1: É uma pergunta para respondermos?

I2: De forma nenhuma. Estas são algumas dúvidas que me atormentam e gostaria de partilhar convosco. Receio que possam parecer ridículas mas que se radicam num problema que me parece importante e que molda todas as teorias do valor: a relação entre o individual e o colectivo. O colectivo é mais do que a soma do individual, assim como o individual é simultaneamente menos e mais que uma parte do colectivo.

P3: Menos em significado sociológico e mais em significado psicológico?

I2: Em alguma medida. Se permitem daria um exemplo de como as partes e o todo não são de passagem aditiva/subtractiva como frequentemente se supõe, partindo de uma variável radicalmente distinta das que estamos a analisar e que serve de suporte a modelos completamente diferentes. Se consideramos que a mais-valia de uma sociedade é a soma das mais-valias empresariais ou sectoriais não estamos a entrar em conta com o processo automático da sua redistribuição através da fixação dos preços nos mercados nem com os diferentes espaços de homogeneização dos trabalhos concretos em trabalho abstracto. Será mais adequado considerar que a mais-valia “individual” é uma parte da mais-valia. A não distinção entre estas duas passagens fez, talvez, com que alguns autores ao tentarem formalizar matematicamente o marxismo encontrassem alguns becos sem saída.

C: Estamos a afastar-nos demasiado.

I2: Voltando ao início deste longo parêntesis, conforme a opção que fizemos na relação entre gostos colectivos e individuais assim a variável que consideramos como tendo uma influência directa sobre a procura.

P1: As variáveis que não analisamos ainda actuariam indirectamente, em grande medida através dos gostos individuais ou colectivos.

I2: Assim é:

Variáveis que influenciam indirectamente a procura:

(E) Posição social de i

(F) Usos e Costumes

(G) Padrões culturais

(H) Modos de vida

(U) Programas de televisão

(V) Marketing do bem x

(W) Marketing dos outros produtos

(X) Ambiente de aceitação/rejeição do marketing

(Y) Última ida à discoteca

(Z) Conversa dos amigos sobre x

(AA) Esquizofrenia

$\Rightarrow (S/T)$

(AB) Desenvolvimento económico da sociedade i

(AC) Desenvolvimento tecnológico da sociedade i

(AI) Política económica

(AM) Conjuntura económica

$\Rightarrow$ Todas as variáveis que influenciam directamente
 (L) Preço dos bens independentes de x
 $\Rightarrow (A), (B), (C), (D)$

(AJ) Situação Política

P2: Nem sempre são claras as fronteiras entre a influência directa e a indirecta nem os caminhos assumidos pela acção de cada uma das variáveis. Elas são, frequentemente demasiado genéricas para permitir uma delimitação muito clara. É particularmente evidente com a variável AJ.

I2: Por isso nem nos atrevemos a relacionar essa variáveis com quaisquer outras.

C: Enfim, das 40 variáveis inicialmente indicadas pelos presentes, que provavelmente não esgotam o leque das possibilidades, seleccionámos 12 variáveis que influenciam directamente a procura [A+B+AG', C+D+AG, I, J, K, R, S/T, AD+AE, AF, AH, AK, AL]. Impor-se-ia agora hierarquizá-las, testá-las, quantificá-las.

E2: O que não vai ser feito aqui.

C: Mesmo não o fazendo deixo uma pergunta no ar: serão estas diversas variáveis explicativas da procura independentes entre si?

II. 8. O Modelo da Procura

C: Temos agora quase todos os elementos necessários para elaborar um modelo da procura.

P1: Quase todos os elementos? Julguei que a discussão que temos tido e, sobretudo, a selecção de variáveis que fizemos fosse quanto bastasse!

C: São elementos indispensáveis para a elaboração do modelo mas é necessário dar mais alguns passos.

Depois de algumas considerações sobre os métodos de exposição e de investigação na pedagogia prosseguem:

C: Se o nosso objectivo é construir um modelo da procura a primeira coisa de que nos devemos preocupar é saber de que procura. Como verificamos podem existir vários entendimentos do seu significado e cada um deles ter várias expressões conforme a época históricas a que nos referirmos. Recordo-vos que na análise que acabamos de fazer assumimos procura como realidade *ex ante* numa economia capitalista. Propositadamente excluímos certos objectos dessa procura e limitamo-nos aos bens económicos. Seria, por isso, errado pegarmos apenas nas variáveis que analisámos e pretendemos generalizar a todas as situações. Em primeiro lugar temos que explicitar de que procura pretendemos falar e localizar o modelo no espaço e no tempo.

P3: Esses cuidados também dependem do modelo que pretendemos elaborar.

C: Exactamente. Os cuidados a ter dependem também do modelo que se pretende construir. Um modelo quantitativo, qualitativo ou abarcando as duas vertentes? Um modelo assente na linearidade dos fenómenos ou mais genérico? Um modelo de explicação da realidade, de elaboração de previsões ou validado exclusivamente pela coerência lógica? Um modelo formalizado matematicamente?

E1: Se um modelo for para explicação da realidade será diferente de um modelo elaborado para fazer previsões? Não será na medida em que é capaz de explicar a dinâmica social que terá capacidade para fazer previsões?

C: Ai está uma questão extremamente interessante e que exigiria uma análise mais cuidada do que podemos fazer aqui. Entre os modelos explicativos e os provisionais pode existir total compatibilidade, servindo a natureza dos primeiros de suporte aos segundos. Mas também podem surgir conflitos. As variáveis utilizadas num modelo explicativo podem não servir para previsões, seja porque não englobam a variável tempo seja porque são de quantificação exclusivamente baseada no registo do passado. Considerem, por exemplo, um modelo muito simples do tipo $Y_t = \Phi(X_t)$. Se não for possível estimar X_{t+a} ou, se possível, existir no seu cálculo uma elevada probabilidade de erro, nunca conseguiremos calcular fidedignamente Y_{t+a} . Logo não serve para fazer previsões. O mesmo aconteceria se o nosso modelo fosse dinâmico e assumisse em condições frequentes um

comportamento caótico. Basta que o modelo envolva três variáveis para que tal possa acontecer, isto é, seja do tipo

$$\frac{dX}{dt} = \phi_x(Y, Z)$$

$$\frac{dY}{dt} = \phi_y(X, Z)$$

$$\frac{dZ}{dt} = \phi_z(X, Y)$$

Por outro lado podemos ter um modelo ótimo para previsões e no entanto não servir para explicar a realidade, seja porque assenta numa certa inércia das variáveis, isto é, seja do tipo $Y_t = \Theta(Y_{t-a})$, seja ainda porque explora relações de simultaneidade verificadas no passado para as quais não se encontra uma relação lógica consistente ou suficiente para fundamentar uma relação explicativa. É o caso de se relacionar a conjuntura económica com as mortes por doenças cardiovasculares ou a variação dos preços por grosso com a natalidade²². Em muitas destas situações relacionam-se duas variáveis que são explicadas por uma terceira que nunca aparece e que poderia ser a variável interessante num modelo explicativo.

E2: Qual tem sido o tipo de modelo que temos tomado como referência?

C: Creio que o explicativo, embora até este momento nunca nos tivéssemos defrontado explicitamente com o problema.

P1: Resumindo, primeiro temos de explicitar com rigor a variável explicada e colocá-la no espaço e no tempo. Em segundo lugar temos de decidir que tipo de modelo pretendemos elaborar.

C: Para de seguida colocarmos «sobre a mesa» todas as variáveis explicativas. Estamos então em melhores condições, repetindo um exercício que de algum modo já fizemos, para seleccionar as variáveis que devemos reter — é bom não esquecermos que um modelo é sempre uma simplificação da realidade! —, organizá-las e hierarquizá-las.

II: Se tivermos uma preocupação em quantificar o modelo, o que será sempre vantajoso se tal não acarretar a perda de significado noutras vertentes, devemos ter o cuidado de analisar quais as unidades de medida de cada uma das variáveis, quais os seus possíveis indicadores, qual o domínio de cada uma delas, e correspondente contradomínio, qual o sentido do impacto de cada uma das variáveis explicativas sobre a variável explicada, quais as expressões analíticas aceitáveis da função.

Em síntese:

É possível estabelecer uma relação do tipo $q_D = \Psi(x_1, x_2, \dots, x_n)$.

É preciso indicar qual o sinal das variações da variável explicada quando se verifica uma variação da variável explicativa.

É necessário admitir qual é o domínio aceitável para cada uma das variáveis.

Impõe-se ter uma ideia de quais as expressões analíticas que melhor se adaptam à situação ou que, pelo menos, são aceitáveis

C: Finalmente devemos explicitar as hipóteses simplificadoras. Por exemplo, no caso da procura é frequente admitir duas:

1. A função é contínua.

2. Os procurantes usufruem de uma racionalidade plena, têm condições sociais para a aplicar e existe total compatibilidade entre essas racionalidades e práticas individuais e a racionalidade global.

P1: O que não quer dizer que as aceitemos! Creio que as discussões havidas revelam que muitos de nós têm sérias reservas à sua validade.

C: Sem dúvida. Apenas estava a exemplificar na base do que é habitual fazer-se. Também não me parece que seja necessário retomarmos aqui o tema. Mais do que elaborar um modelo estamos a indicar o percurso para atingir tal desiderato.

P1: A segunda hipótese é decomponível, creio.

C: Sim. A racionalidade plena que normalmente é admitida admite uma plena informação e uma capacidade humana para a tratar em tempo útil, admite que “um consumidor individual, quando se

defronta com uma escolha entre certas quantidades de bens, pode decidir qual prefere e qual lhe é indiferente”²³, que “o consumidor é coerente na escolha entre combinações de bens”, isto é, que há transitividade nas funções de utilidade e que “o mais é preferido ao menos” numa lógica de optimização. O procurante tem uma racionalidade plena e está em condições de aplicá-la. Não tem constrangimento sociais, para além da concorrência com outros indivíduos que se encontram na mesma situação, que impossibilitem atingir esses objectivos. Finalmente, pressupondo um conjunto de características do mercado admite-se que a maximização da utilidade social é obtida através da maximização possível das utilidades individuais.

E2: Concretamente de que tipo seria o modelo explicativo da procura na base das variáveis que tivemos o cuidado de analisar anteriormente?

C: Juntando tudo o que afirmamos anteriormente, considerando como variáveis explicativas as que influenciam directamente a procura, sobre as quais já traçamos as considerações suficientes, e admitindo que optaríamos por um modelo linear estático que visa explicar a procura enquanto realidade *ex ante*, teríamos $q_D = f(A, B, C, D, I, J, K, AD, AE, AK, AL, S, T, AF, AG, AH)$, admitindo que estas eram as variáveis a englobar depois da selecção e hierarquização. Seguidamente teríamos que explicitar qual a forma da expressão. Se optarmos pela independência do impacto de cada uma das variáveis, o que não seria totalmente plausível, e pela ideia de que a lista das variáveis explicativas é completa teríamos

$$q_D = a_1A + a_2B + a_3C + a_4D + a_5I + a_6J + a_7K + a_8AD + a_9AE + a_{10}AK + a_{11}AL + \\ + a_{12}S + a_{13}T + a_{14}AF + a_{15}AG + a_{16}AH$$

II: Não será desestimulante que depois de tão longas discussões cheguemos a um modelo tão pobre?

C: Não esqueçamos que a nossa discussão centra-se no que deve ser apresentado aos estudantes que começam a dar os primeiros passos na aprendizagem da Economia. As nossas preocupações pedagógicas nunca podem ser esquecidas.

P1: Além disso o que estamos a fazer é apenas a exemplificar. Não se pretenda a partir daí tirar conclusões científicas definitivas.

C: Agora deveríamos analisar qual o sinal esperado de a_i , o que exigiria previamente escolher a sua unidade de medida e indicador. Por exemplo, se S , os gostos individuais, fossem quantificados pela satisfação que cada indivíduo espera do usufruto do bem económico e encontrássemos um indicador adequado, seria de admitir que $a_{12} > 0$.

P2: Em alguns casos teríamos serias dificuldades em determinar o sinal ou de o fazer para todas as situações. É o que aconteceria com o rendimento. É um caso sobejamente conhecido para merecer mais que esta referência.

C: Sem dúvida. Também para isso é que servem os testes estatísticos, a passagem entre os conceitos *ex ante* e *ex post* de procura.

P2: Deixem-me colocar uma questão. A função procura agora apresentada é diferente da que estamos habituados a ver. Quando se fala em função procura normalmente considera-se apenas a relação entre a quantidade procurada e os preços desse bem, neste caso a variável I . Porque razão se selecciona apenas aquela variável?

C: De facto a função procura que é mais correntemente apresentada é uma simplificação desta, obtida pela primazia dada à variável preços e pela introdução da clausula *ceteris paribus*. A questão que coloca é saber porque razão se escolhe uma variável, o preço do bem, e não outra. Não é fácil dar uma resposta directa a essa questão e talvez fosse interessante uma investigação mais profunda sobre o problema. A produção e a distribuição (dos bens e dos rendimentos) foi o problema que esteve na base do aparecimento da Economia como ciência, como área própria do saber. Foi a temática de **Quesnay**, de **Adam Smith**, de **Ricardo** e de **Marx**, estes dois últimos já mais centrados sobre a distribuição do rendimento. Com a concentração da atenção na circulação, no funcionamento dos mercados, e na procura passou-se a estudar uma economia que não tem produção mas tem oferta, em que a distribuição do rendimento é secundarizada. Bastavam estes factos para muitas das variáveis explicativas da procura serem subestimadas. O preço, mais exactamente o preço relativo, é a variável estratégica na afectação dos recursos, nas opções de compra, na maximização individual e social.

I2: E porque o preço é essa variável central para explicar os automatismos de mercado, formulação simples que encobre, como vimos, uma realidade bastante complexa, a atenção concentrou-se na oferta e na procura, no funcionamento dos mercados, nos preços relativos.

C: A oferta e a procura explicam o preço (de equilíbrio) porque os preços explicam a procura e a oferta.

I2: Exactamente. A oferta depende de diversas variáveis. A procura depende de diversas variáveis. A oferta e a procura são realidades distintas mas que se quantificam na mesma unidade: quantidade do bem. De entre todas as variáveis explicativas da oferta e procura, na lógica que temos vindo a salientar, os preços relativos são a única variável comum. Logo sobre ela se centram as atenções porque é ela a chave para juntar o que aparece diferente.

E1: Parece diferente?

I2: Que parece independente. Já vimos que a procura pode ser considerada explicada pela oferta havendo diversas vias lógicas de estabelecer a ligação entre uma e outra. Provavelmente também é possível encontrar uma relação de dependência da oferta em relação à procura. Também vimos que segundo alguns autores a oferta não é mais de que uma procura negativa. Se se explorasse estas ligações entre a oferta e a procura poder-se-ia chegar a outros modelos que não atribuísem a exclusividade explicativa ao preço, mas na medida em que se parte da hipótese de que oferta e procura são variáveis independentes, a forma de as relacionar é através da unidade de medida e das variáveis explicativas comuns.

C: Mas privilegiar o preço como única variável explicativa da procura também tem a ver com a racionalidade subjacente ao modelo, com a lógica de maximização.

P2: Retomando uma questão que já abordamos. É ao fazer essa simplificação da função procura que passa a fazer sentido a distinção entre *variação da quantidade procurada* e *variação da procura*. A primeira explicita a relação entre as variações de preços e a variação da quantidade de bens que é procurada e a segunda reflecte a relação entre as variações das restantes variáveis e a variação da quantidade de bens que é procurada.

C: Exactamente.

P3: A pergunta que foi colocada levanta de seguida uma outra questão. Podemos ter tantas funções procura particulares quantas as variáveis utilizadas no modelo completo.

C: Quase. E assim teríamos a função da procura cruzada se considerássemos os preços dos outros bens (sucedâneos ou complementares) ou a função consumo se privilegiássemos o rendimento, ou a riqueza ou outra variável similar. Reparem que a função procura genérica tanto pode dar a função preço utilizada preferencialmente pela microeconomia como a função consumo usada predominantemente pela macroeconomia. Diferentes métodos de abordagem da realidade humana, social, têm a mesma raiz. Diferentes métodos a que se associam também diferentes concepções de procura. No primeiro caso estamos na procura *ex ante* e no segundo na *ex post*.

I2: Recordando **Bachelard**, talvez esteja na modificação das hipóteses de articulação entre o *ex ante* e o *ex post* a possibilidade de unificação, passe o termo, metodológica entre a macro e a microeconomia.

C: Ou na assunção de que a teoria neoclássica é essencialmente normativa sob a capa da positividade, de que ela não pretende explicar a realidade mas mostrar como esta deveria ser para que tudo funcionasse bem.

I1: O problema é que essa normatividade é construtora de ideologia e de racionalidade. A normatividade transforma a realidade e pode fazer, para certo período histórico e subgrupos de agentes, a realidade aproximar-se desse modelo.

E1: Céus, parece-me que estamos a dobrar o Cabo Bojador. Que outro mundo vamos descobrir?

C: Nenhum, para já. Vamos mudar de rota.

III. Nota Posterior

Cabe ao leitor exercitar a crítica e analisar a validade do modelo da procura que foi apresentado e, mais do que isso, da metodologia utilizada, tirando daí eventuais conclusões sobre o interesse de generalizá-la a outras situações e categorias. Pensamos que a grande quantidade de questões colocadas que ficaram sem resposta ou que apenas obtiveram alusões a eventuais pistas de trabalho é suficiente para despertar esse espírito crítico.

Nós apenas referiremos alguns aspectos que constituem glórias ou frustrações do trabalho desenvolvido:

A) Parece-nos poder-se concluir que estamos perante um modelo da procura **bastante mais abrangente** do que a generalidade dos modelos que são apresentados. Conforme se consideram estas ou aquelas variáveis como fundamentais assim se tem uma função procura típica do marxismo, do neoclassismo, do keynesianismo, assim se tem uma análise mais macro ou microeconómica. Este facto mostra que, no que se refere à procura, e nem sempre assim será, as diferenças entre as diversas correntes do pensamento económico não são totalmente incompatíveis.

B) Esse facto, contudo, não pode fazer esquecer, que podem haver situações insolavelmente conflituosas. Assim, por exemplo, se se mantiverem no modelo as variáveis que permitem dizer que a procura é determinada pela oferta, não poderemos futuramente chegar a um conceito de “preço de equilíbrio” que pressupõe a independência das funções de oferta e procura. É exactamente devido a estas dificuldades e à importância epistemológica de termos um modelo coerente, que defendemos a **hierarchicalização conceptual**.

Apesar dessas potencialidades do modelo construído, científicas e pedagógicas, ele foi elaborado sobre algumas questões que não obtiveram uma resposta completa, provavelmente deixa de fora algumas correntes do pensamento económico (ex. a institucionalista) e não supera completamente a fragmentação entre micro e macro, embora se consiga meter no mesmo modelo formulações que são consideradas de uma ou outra ramificação da Economia.

C) Por outro lado o caminho percorrido **faz pouca utilização da revisão das formas de pensamento** a que fazíamos alusão na *Nota Prévia*. Nomeadamente continuamos a utilizar uma metodologia baseada na simplificação cartesiana, caldeada por uma certa dialéctica, adoptamos um modelo estático e admitimos a linearidade da realidade social descrita. E dessa forma se dissolve a sensibilidade às condições iniciais e a possibilidade de aplicação plena do determinismo caótico.

Em síntese, parece termos avançado nos complexos caminhos da heterodoxia mas muito ainda está por construir. O que está em jogo não é apenas um esforço intelectual, certamente difícil, mas a criação de condições sociais que permitam uma actividade colectiva de reflexão, novos contextos de investigação, a circulação da informação e uma prática pedagógica mais consentânea com o nascimento de uma intelectualidade avisada, crítica, aberta à diversidade e ao diálogo, capaz de reconstruir os modelos perante o quadros de incerteza com que se defronte.

IV. Bibliografia Citada

BARROS, Carlos Pestana

(1994) “Preço e Procura de Ópera em Portugal” - *Documentos de Trabalho do CISEP*, nº 3

BRUTER, Claude P.

(1996) “L’hétérodoxie nécessaire” - *Economies et Sociétés*, pág. 175/81

- FEYERABEND, Paul
(1988) *Contra o Método* - Lisboa, Relógio d'Água, pp. 364
- GLEICK, James
(1989) *Caos, a Construção de uma Nova Ciência* - Lisboa, Gradiva, pp. 420
- GODELIER, Maurice
(sd) *Racionalidade e Irracionalidade na Economia* - Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 396
- HAMBURGER, Jean & Outros
(1988) *A Filosofia das Ciências Hoje* - Lisboa, Fragmentos
- LENCASTER, Kelvin
(1971) *Consumer Demand*, - Nova Iorque, Columbia University Press,
- MARCHAL, André
(1964) "Sociologia das Flutuações Económicas" - in GURVITCH, George, (1964/8) *Tratado de Sociologia* - Lisboa, Iniciativas Editoriais, 2 Vol.
- MARSHALL, Alfred
(1988) *Princípios de Economia* - São Paulo, Nova Cultural, 2 Vol.
- MILLER, Roger Leroy
(1981) *Microeconomia, Teoria, Questões e Aplicações* - Rio de Janeiro, McGraw-Hill
- MINGAT, A. & SALMON, P. & WOLFELSPERGEN, A
(1985) *Méthodologie Économique* - Paris, PUF, pp. 576
- PARETO, Vilfredo
(1988) *Manual de Economia Política* - São Paulo, Nova Cultural, 3ª ed., pp.183
- PATINKIN, Don
(1959) *Dinero, Interes y Precios*, - Madrid, Aguilar, pp. 528
- PIMENTA, Carlos
(1995a) "Ciência e Pedagogia. Racionalidade e Imaginação Hoje." - in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG, pp. 977
(1995b) *Licenciatura de Economia. Introdução à Economia: Lição* - Relatório de agregação, Porto, FEP, pp. ??
(1996) "Economia, Dialéctica e Caos" - Porto, FEP, *Investigação Economia* 56, pp. 16
- ROLAND, Gérard
(1985) *La Valeur d'Usage chez Karl Marx*, - Bruxelas, Universidade de Bruxelas.
- SAMUELSON, Paul
(1987) *Economia*, - 5ª. Edição, Lisboa, McGraw-Hill, pp. 951
- SILVA, Agostinho da,
(1993) *Sete Cartas a um Jovem Filósofo. Outros Documentos para o Estudo de José Kertchy Navarro* - Lisboa, Ulmeiro
- SIMON, Herbert
(1989) *A Razão nas Coisas Humanas* - Lisboa, Gradiva, pp. 127

~ NOTAS ~

¹ (BRUTER, 1996, 175)

² Veja-se a este propósito, entre outros trabalhos, (MINGAT & Outros, 1985)

³ Estamos concretamente a referir-nos a (FEYERABEND, 1993) que procura mostrar que Galileu não teria sido o agente da revolução científica conhecida se tivesse utilizado os quadros mentais de referência e as metodologias consagradas no seu tempo. Se em alguns aspectos o autor tem inteira razão, o que de alguma forma é suficiente para fundamentar a relevância que pode ter o “anarquismo metodológico”, fica por provar alguns aspectos e, sobretudo, fica por esclarecer se essas referências são exclusivamente aplicáveis a Galileu ou se se pode generalizar a todos os momentos de «ruptura», ficando ainda por esclarecer o que é que estes são.

⁴ Um esforço colectivo que extravasa largamente a comunidade científica, ou mesmo a da comunidade intelectual e artística. Todo o descontentamento humano e a tentativa de encontrar novos rumos para a sociedade em que vivemos fazem parte dessa procura, consciente ou não, de um maior entendimento do que somos. Conhecimento corrente, científico e filosófico, para utilizar a terminologia consagrada, participam desse processo de inteligibilidade, mesmo quando as resistências ou a operacionalidade superficial do status quo constitui um obstáculo.

⁵ Esta afirmação deveria ser objecto de um profunda análise crítica. Entre o saber e o fazer existe toda uma correlação de forças social e ideológica que obstaculiza os processos de melhoria cientificamente viáveis. Por isso falamos de probabilidade. Por outro lado a complexidade do Homem fará sistematicamente coincidirem o determinismo e a aleatoriedade, isto é, a possibilidade de intervir sobre o futuro e a existência de situações abertas de evolução imprevisível. Finalmente seria de questionar sobre as vias de desantropomorfização das ciências que estudam o homem e dos limites à sua evolução. Demasiados assuntos para serem analisados aqui.

⁶ Utilizamos indiferentemente os termos Economia, Ciência Económica ou Economia Política.

⁷ São essencialmente os de natureza neoclássica.

⁸ Assim, por exemplo – um entre vários – se a Psicologia Económica mostra que o irracional é parte integrante das decisões económicas não se pode continuar a construir uma Economia na base da racionalidade plena, se a Antropologia Económica revela a existência de múltiplas racionalidades sociais não se pode construir como realidade universal uma ciência assente no racionalismo greco-romano.

⁹ Assim, por exemplo, a hipótese dos marcadores psico-somáticos da neurofisiologia permite equacionar algumas das hipóteses da tomada de decisão.

¹⁰ Uma frequente forma de ilusão é considerar como ontológico o que é gnoseológico.

¹¹ Para uma primeira abordagem destas questões veja-se, por exemplo, (GLEICK, 1989).

¹² O desenvolvimento destas ideias é o objecto de uma comunicação ao II Encontro de Economia Política realizada no Brasil (Maio 1997) e que tem como título “Economia, Economia Política e Complexidade (Notas para uma Reflexão Crítica)”.

¹³ A racionalidade «normal» é a do homem de negócios ou do consumidor lúcido, eventualmente actuando num mercado formal e legal. Quantos por cento da humanidade ficam de fora, nomeadamente numa época de crescente peso da economia subterrânea? Provavelmente ninguém saberá responder à pergunta.

¹⁴ A síntese reelaborada das diversas leituras alternativas de uma mesma realidade pode ser, de alguma forma, equiparada à pintura cubista. Seria interessante fazer uma análise comparada desses dois aspectos.

¹⁵ Pode-se encontrar um primeiro exercício deste processo em (PIMENTA, 1996).

¹⁶ Se esta afirmação é verdadeira, como supomos, importantes são as conclusões curriculares e pedagógicas possíveis de extrair para os cursos em que se ensina Economia.

¹⁷ Este assunto (a conflitualidade interna da Economia Política e o Pluralismo Teórico) tem sido abordado por mim em diversos trabalhos.

¹⁸ Extraído de uma parte dos trabalho de agregação (PIMENTA, 1995b), corrigido e completado. Por razões de espaço disponível foram eliminadas algumas transcrições de obras de grandes economistas e alguns diálogos foram substituídos por um pequeno resumo do seu conteúdo. No diálogo C é o conferencista, Px professores, Ix Investigadores e Ex estudantes.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, (SIMON, 1989)

²⁰ O destacado é nosso.

²¹ A assistência per capita aos espectáculos de ópera (procura) depende, entre outras variáveis, do número de espectáculos de ópera, isto é, da oferta.

²² (MARCHAL, 1964) cita “A *natalidade* segue igualmente, num movimento paralelo, as flutuações da conjuntura económica. A correlação é muitas vezes menos acentuada que para a nupcialidade. Para M. B. Hexter, os máximos de natalidade teriam tendência para proceder os máximos dos preços por grosso. Dorothy Thomas, pelo seu lado, calcula que na Grã-Bretanha, entre 1855 e 1910, o índice de natalidade apresenta um atraso de 1 a 2 anos em relação ao índice económico (prazo entre a decisão de procriar e o nascimento). Em relação aos nascimentos ilegítimos é um antiparalelismo que se observa (movimento inverso ao dos casamentos)”, 1964, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pág. 579. E os exemplos continuam

²³ Adoptamos uma terminologia que se encontra em quase todos os manuais introdutórios à microeconomia